

## RESENHA

BOTH, Amanda (org.). **Dimensões do Político:** temas e abordagens para pensar a História Política. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023.

## REVIEW

BOTH, Amanda (org.). **Dimensões do Político:** temas e abordagens para pensar a História Política. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023.

BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER<sup>1</sup>

Com base nas renovações da historiografia em relação à História Política, especialmente a partir de questionamentos como àqueles propostos pela Escola dos Annales sobre a escrita da História, foram incorporados novos objetos, temas, abordagens e perspectivas a este campo de estudos. As críticas ao estudo privilegiado de personalidades masculinas do mundo político, considerados “heróis”, e a busca pela objetividade e neutralidade no encontro de uma verdade na História fizeram com que a política se tornasse assunto marginalizado na historiografia, ressurgindo na década de 1960 a partir de novos olhares dos historiadores. Com a ampliação de objetos de estudo, emergiram novas perspectivas conceituais que construíram a Nova História Política, especialmente a concepção de poder, agora observado no cotidiano e nas relações pessoais. Nessa perspectiva é que se apresenta a obra intitulada *Dimensões do Político: temas e abordagens para pensar a História Política* (2023). Composto por produções de mestrandos(as) do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da PUCRS, o livro apresenta seis capítulos com diferentes abordagens e metodologias para o estudo sobre o político. Destinada a pesquisadores(as) e demais interessados nas novas perspectivas sobre o poder na história política, a obra demonstra a renovação da área e a presença da dimensão política em variados âmbitos sociais e temporalidades históricas.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista CAPES. Email: [bethaniawerner@hotmail.com](mailto:bethaniawerner@hotmail.com)

No primeiro capítulo, *Mauberismo: texto e reflexões sobre a história do conceito de Maubere*, Bianca Obetine Magnus discute as mobilizações e transformações do conceito de mauberismo – a partir do referencial teórico de Reinhart Koselleck – no contexto de luta pela independência no Timor-Leste. Em suas reflexões foram apresentados diferentes usos e alterações do conceito, sendo o mesmo inicialmente teorizado por líderes independentistas e possuindo caráter degenerativo, aspecto modificado a partir da Revolução dos Cravos em 1974 e associado à construção de uma identidade nacional. A partir de Koselleck, a autora apresentou a resignificação do mauberismo, compreendendo-o enquanto resultado de transformações econômicas, políticas e sociais e demonstrando as diferentes interfaces na história dos conceitos para os estudos sobre o poder. A partir disso, podemos observar a renovação da história política, com novos elementos para o estudo de movimentos e processos independentistas e a influência que conceitos – apropriados e transformados – possuem na compreensão de contextos históricos.

Na mesma perspectiva, Claudia Vargas Machado, no capítulo *O governo peruano na década de 1990: uma análise do programa político de Alberto Fujimori* constrói sua narrativa a partir da história conceitual. São apresentados debates para a compreensão sobre o contexto político do Peru na década de 1990 sob o governo de Alberto Fujimori – a partir do qual a autora busca entender o fujimorismo. Assim como Magnus, Machado analisou os contextos de formação do movimento, suas apropriações, usos e a presença de elementos comuns ao neoliberalismo, ao apartidarismo e ao autoritarismo, por exemplo, no fujimorismo. A autora centrou sua narrativa nos desdobramentos da trajetória de Alberto Fujimori e nos usos que o personagem fez dos meios de comunicação para a mobilização popular nacional, propondo uma investigação sobre o poder a partir de instituições, das mídias, do aparelho do Estado e das relações sociais, destacando aspectos como a construção da ideia de inimigo externo e de um líder salvacionista. Por fim, a formação do conceito de fujimorismo é discutida a partir tanto do campo teórico quanto do contexto em que foi elaborado, evidenciando o papel da memória, os silêncios sobre os etnocídios indígenas e a transição marcada por reflexos ainda não elaborados sobre o passado. A partir da comparação entre as ditaduras no Cone Sul e as características dos conceitos

utilizados para explica-las (ou aos seus desdobramentos), Machado realiza uma análise de história comparada que permite compreender de maneira complexa o fujimorismo, seu objeto de estudo.

Já Leonardo Birnfeld Kurtz expõe outro diálogo entre a História Política e a História dos Conceitos. Em seu capítulo, *O sertão de Willy Aureli: consonâncias e individualidades*, o autor analisou o conceito de “sertão” na obra de Willy Aureli, assim como suas transformações e usos. Para isso, são mobilizadas as abordagens sincrônicas e diacrônicas e as representações e as dimensões políticas do conceito, estabelecendo reflexões sobre o poder. O autor apresenta aspectos biográficos do personagem e suas expedições a partir do cruzamento de fontes – tornando complexa e rica metodologicamente a análise – como a imprensa e a literatura produzida por Aureli, observadas nas perspectivas de criação de sentidos, subjetividades e descrição de si. Kurtz destacou as estratégias narrativas do personagem, observando os usos do sertão e a relação dessas produções com o público a quem se destinavam. Evidenciam-se diferentes representações, a importância dos questionamentos acerca das intenções dos materiais que veiculavam esse conceito e suas interpretações, possibilitando compreensões sobre o político e as relações de poder sobre o sertão. Já as categorias de análise temática acionadas foram a noção de sertão, o bandeirantismo, o coronelismo e o regime de estamento de trabalho e a erótica e vitrine, trazendo elementos distintos à investigação como a miséria, o abuso do trabalho e o sertão enquanto espaço a ser desbravado e cercado de fantasias. Assim, o autor apresenta a concepção de sertão de Aureli enquanto um espaço em que agem conjuntamente natureza e indivíduos, os quais recebem atenção descritiva na obra do personagem. Da mesma forma, o conceito reflete construções identitárias do sujeito enquanto representação de si, sendo seu uso considerado um elemento político.

Ainda na perspectiva da História dos Conceitos, Alan Ricardo Schmidt propõe a análise de um discurso político por meio da identificação de linguagens internas e usos destas por José Bonifácio. No capítulo *A multiplicidade de linguagens em um discurso sobre a escravidão: José Bonifácio sob o olhar de John Pocock* o autor observou de que maneira a *Representação*, de idioma antiescravista, se inseria na linguagem política no século XVIII. Com o aporte

teórico de John Pocock e a partir de uma revisão bibliográfica, Schimidt investigou as camadas discursivas e de linguagens presentes neste discurso, observando as relações entre escravismo e liberalismo, bem como suas contradições. Dentre as figuras que promoviam esse discurso emerge a de José Bonifácio, que produziu o discurso, de caráter emancipacionista, mas não o proferiu. Na análise de elementos internos, a partir de Pocock, são apontados diferentes idiomas e linguagens deste discurso político, sendo o idioma escravista utilizado, resultado de um processo de retórica interno ao contexto linguístico da época. Além disso, categorias de análise como família, progresso, civilização, religião e educação agem nesse discurso, apresentando esferas que o constituem. Como em capítulos anteriores, percebe-se uma investigação baseada na compreensão de conceitos ou, neste caso, de um discurso, a partir de seus contextos de produção, possibilitando a percepção de modificações e interpretações posteriores. Pereira apontou, portanto, o discurso da *Representação* como ambivalente, ora colaborando ora contestando o sistema político. A partir disso, conclui que o discurso foi permeado por diferentes linguagens, localizando seu autor em meio aos intelectuais da época e apresentando colaboração teórica à história do discurso no Brasil, sendo estes formados a partir de contradições, antagonismos, concordâncias e dissidências.

Já no capítulo *Liberalismo: uma análise histórica e conceitual*, Daniel Waisman Igor apresenta uma análise histórica e conceitual das transformações e usos do conceito de liberalismo. No campo da história conceitual do político, o capítulo demonstra a interdisciplinaridade da investigação a partir de referenciais teóricos de diferentes áreas do conhecimento como Rosanvallon (2002), MacPherson (1979), Pocock (2003) até Adam Smith (1776), envolvendo história, ciência política, filosofia e economia. Nas discussões apresentadas foram mobilizadas reflexões acerca da relação do conceito com a ideia de mercado e com as relações mercantis, associadas aos debates sobre propriedade privada e liberdade *versus* individualismo. São observados os papéis da Igreja e do pensamento católicos nas transformações do conceito de liberalismo, colaborando na produção de uma perspectiva entre liberdade e propriedade privada. Para essa discussão o autor considera as influências de pensadores iluministas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau,

apontando diferenças nos usos do conceito de liberalismo, apesar da similaridade em relação às perspectivas de liberdade e da religião católica em suas filosofias. Waisman inclui na investigação autores relacionados ao protestantismo como Max Weber e Jacques Maritain, observando o papel do Estado nestes pensamentos que buscam dividir o âmbito político e o âmbito econômico. Discute-se a transição do Estado liberal para o Estado social, compreendendo que o elemento comum nas diferentes concepções de liberalismo seria a não aceitação da instituição de uma autoridade sobre o indivíduo. Ou seja, como nos capítulos anteriores, o autor propõe que a análise sobre o liberalismo deve realizar-se a partir das relações com o contexto e com as transformações e reflexos nas relações sociais, necessários à compreensão de conjunturas históricas passadas e presentes.

Por fim, no capítulo de Raimundo César Vaz Neto, *Angela Maria: a cantora que recepciona e se apresenta para os presidentes*, são apresentadas análises sobre o papel, a trajetória e as redes de relações da cantora Angela Maria durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, demarcando fronteiras entre os âmbitos público e privado percorridas pela personagem. O autor situa a análise durante a década de 1950, entre o apogeu e a queda do Rádio Nacional, refletindo sobre o contexto de regulamentação do rádio no país e sobre a estratégia de utilização da popularidade da cantora para influenciar as relações com a classe trabalhista. Nessa perspectiva são apresentados os cenários de criação de emissoras de rádio e estas enquanto facilitadoras da circulação de ideias e mensagens, largamente utilizadas pelo governo brasileiro. Neto aponta que desde a década de 1930 as relações entre Estado e manifestações culturais desse meio de comunicação estreitaram-se com o convite de artistas, os quais, segundo o autor, foram responsáveis por narrar a história em tempos e espaços específicos. A partir do mapeamento das redes de relações de Angela Maria, foram elencadas outras figuras do meio artístico e intelectual da época, assim como o trânsito destes entre o rádio e a televisão, colaborando para a criação de uma identidade nacional marcada por ressignificações e pela tentativa de embranquecimento da população. Nesse cenário, emerge a figura da cantora Angela Maria, bem como as suas apresentações em ambientes políticos e diplomáticos. A partir da análise da

presença da artista nessas ocasiões foi demonstrada sua ativa participação e posicionamento políticos, fosse a partir do envolvimento com a legalidade constitucional da eleição de Juscelino Kubistchek ou a partir da entrega ao mesmo de um documento pela anistia de presos e perseguidos no governo Vargas. A pesquisa demonstrou que a popularidade da artista foi um dos elementos mais explorados pelos governos, o que colaborou para a aceitação dela em meio às elites, fazendo com que a partir de sua popularidade surgisse uma tentativa de articulação entre a representação de um poder e a adesão popular ao governo. Não privilegiando apenas uma das faces da análise, portanto, o autor conclui apontando tanto para os jogos de poder e as utilizações da popularidade da cantora pelo governo quanto para a agência elaborada por Angela Maria nos espaços que, a partir desses convites, pode circular. Assim, foram demonstrados seus protagonismos e, enquanto mulher, sua presença nos espaços políticos, majoritariamente formados por homens.

Enquanto capítulo final, o mesmo se difere em partes dos demais por não estar inserido de maneira direta no campo da história dos conceitos. No entanto, em consonância com a construção e constante renovação do campo da Nova História Política, o autor apresenta outra face eminente, sendo essa o estudo de trajetórias e, ainda, daquelas que não privilegiam apenas as figuras masculinas enquanto partes do campo político. Nessa perspectiva, outro diálogo possível a essas propostas de pesquisa são àqueles relacionados às relações de poder e às relações de gênero, pouco exploradas no conjunto desta obra mas que também colaboram com a perspectiva interdisciplinar que o retorno do político pelos historiadores fez surgir. Ou seja, enquanto uma produção recente e que parte de pesquisas em andamento por mestrandos e mestrandas, é possível perceber a pluralidade de temas, objetos, abordagens e metodologias para os estudos sobre o político e o poder, da história dos conceitos aos estudos de trajetórias, renovando e ampliando não apenas a História Política enquanto campo em si, mas os olhares sobre ela.

## **REFERÊNCIAS**

BOTH, Amanda (org.). **Dimensões do Político: temas e abordagens para pensar a História Política**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023.

**Recebido em 16/03/2024.**

**Aprovado para publicação em 31/07/2024.**